



## Fintechs de impacto social e seus efeitos

POR **MARCOS MORITA E ANTONIO DIRCEU DE MIRANDA**

As *fintechs* sociais são startups do segmento financeiro que visam causar algum impacto social na população da base da pirâmide (classes C, D e E) – os chamados *desbancarizados*, mais de 55 milhões de cidadãos brasileiros sem acesso a produtos e serviços do sistema bancário. Em um cenário de baixa competição como o nosso, com poucos bancos de varejo, é compreensível que eles se concentrem em clientes de maior renda, deixando os menos favorecidos em segundo plano. Para entender a motivação dos empreendedores sociais, revisemos alguns conceitos e expoentes dessas ideias.

O termo “base da pirâmide” foi criado pelo professor indiano C.K. Prahalad, falecido em 2010. Em seu livro “A riqueza na base da pirâmide”, publicado em 2002, ele explorou o gigantesco mercado dos indivíduos que sobrevivem com valores inferiores a US\$ 5 por dia – naquela época, perto de 4 bilhões de pessoas – e as oportunidades de negócio neste enorme segmento. O economista bengali Muhammad Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres e ganhador do prêmio Nobel da Paz de 2006, criou, na miserável Bangladesh, um sistema de microcrédito para quem não tinha acesso aos bancos tradicionais. O Grameen Bank emprestava pequenos valores a grupos de pessoas, em especial mulheres, para investirem em pequenos negócios que gerassem renda e melhorias de sua condição de vida. Um modelo de negócios fundamentado na confiança, e não em contratos e garantias reais, como no sistema financeiro tradicional.

Jovens brasileiros também vêm desenvolvendo negócios de impacto social, unindo a vontade de empreender com o propósito de ajudar os menos favorecidos e utilizando a tecnologia na criação de plataformas e contas correntes digitais. Um desses exemplos é o Banco Maré, localizado na favela de mesmo nome, no estado do Rio de Janeiro, criado para beneficiar os moradores da comunidade, a maioria *desbancarizada*, sem endereço oficial e comprovação de renda, que precisava se deslocar para pagar contas e recarregar o bilhete único ou telefone celular. Hoje, através de um aplicativo e uma plataforma digital,

eles dispõem de um cartão pré-pago que pode ser recarregado em pontos de atendimento na comunidade (os *kioscos*), onde são atendidos pelos próprios vizinhos. Para incentivar a geração de renda, foi criada uma moeda social para pagamentos e transferências – denominada *palafita*. Em São Paulo, o Banco Sampaio, localizado no bairro Jardim Maria Sampaio, também criou a própria moeda para transações no comércio local. Temos hoje, no Brasil, mais de 100 moedas sociais movimentando esse sistema financeiro solidário, todas aceitas pelo Banco Central e com lastro no real (R\$).

Há outros bons exemplos de nichos explorados pelas *fintechs* sociais: concessão de microcrédito digital a pessoas físicas (Jeitto); aplicativo para gerenciamento, pagamento de impostos e transações financeiras dos MEI (Smart MEI); plataforma on-line para negociação entre empresas e consumidores endividados (Quero Quitar). Aceleradoras, incubadoras e fundos de investimento, como Artemisia, Civi-co e Yunus Negócios Sociais, complementam esse promissor e nobre ecossistema. A Civi-co, por exemplo, um espaço de inovação para empreendedores, atua como um *hub*, reunindo pessoas e organizações que geram transformações positivas na sociedade.

Sozinhas, as *fintechs* sociais não serão capazes de diminuir a concentração de riqueza em países como o nosso. Mas, propondo soluções para as necessidades específicas dos clientes da base da pirâmide, poderão trazer mais comodidade, dignidade, opções de crédito e educação financeira para eles. Esperamos que não falem boas ideias nem recursos financeiros e mentoria para que continuem construindo negócios sustentáveis, dirigidos a essa população tão necessitada.

---

**MARCOS MORITA** é gestor de Inovação na BankRisk e professor no MBA da FIA e na Universidade Mackenzie, com mestrado em Estratégia Empresarial pela Universidade Mackenzie e MBA pela EAESP – FGV.

---

**ANTONIO DIRCEU DE MIRANDA** é CEO da BankRisk, professor convidado da Fundação Dom Cabral e do PEC da Fundação Getúlio Vargas, com mestrado pela POLI-USP e MBA pela McGill University.